

O DECLÍNIO HEGEMÔNICO NORTE-AMERICANO E A ASCENSÃO DE UM SISTEMA MULTIPOLAR: SINAIS QUE VÊM DO ORIENTE

THE DECLINE OF NORTH AMERICAN HEGEMONY AND THE RISE OF A MULTIPOLAR SYSTEM: SIGNS THAT COME FROM THE EAST

EL DECLINAR DE LA HEGEMONÍA NORTE-AMERICANA Y LA ASCENSIÓN DE UN SISTEMA MULTIPOLAR: SEÑALES QUE VIENEN DE ORIENTE

ANA CAROLINA ROSSO DE OLIVEIRA¹

SÂMIA DE BRITO FRANCO²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o impasse na resolução do conflito sírio como reflexo do declínio da hegemonia norte-americana. Como resposta provisória, a crise na Síria demonstra não só esvaziamento do poder dos Estados Unidos, mas também a ascensão de novos polos de poder (Rússia e China) que têm influenciado diretamente nas decisões internacionais.

Palavras-chave: Hegemonia Norte-Americana. Síria. Multipolaridade.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the deadlock of the resolution of Syrian conflict as a reflection of north-America hegemonic decline. As an interim response, it is argued that the crisis in Syria reveals not only the loss of power of the USA but also the growing of new centers of power (Russia and China) that has directly influenced international decisions.

Keywords: Hegemonic decline. Syria. Multipolarity.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el impasse en la resolución del conflicto sirio como un reflejo del declinar de la hegemonía norte-americana. Como una respuesta temporal, la crisis en Síria demuestra no solo la falta de poder de los Estados Unidos, así como también el surgimiento de nuevos polos de poder (Rusia y China) que han influenciado directamente en las decisiones internacionales.

Palabras clave: Hegemonía Norte-americana. Siria. Multipolaridad.

1

E-mail: <anacrolinarosso28@hotmail.com>

Mestre em Relações Internacionais (UFSC).

2 Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) - Salvador-BA, Brasil

E-mail: <francosamia@gmail.com>

Mestrado em Relações Internacionais (UFSC)

I. INTRODUÇÃO

O tema do declínio da hegemonia norte-americana se tornou muito debatido desde a década de 1970. A Guerra do Vietnã e crise do padrão ouro-dólar foram fatores relevantes para que a academia começasse a teorizar sobre o fim da “pax norte-americana” estabelecida no pós-Guerra. Na virada do século XXI, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a guerra do Iraque foram somados a literatura como sintomas decorrentes da crise hegemônica dos Estados Unidos (EUA).

A legitimidade dos Estados Unidos frente ao sistema internacional foi muito comprometida com as propostas de intervenções unilaterais conduzidas durante a administração de George W. Bush. Os reflexos dessa descrença do sistema internacional pode ser analisada frente ao impasse na resolução da crise na Síria em 2013. Dessa maneira, este artigo se propõe analisar o impasse na resolução do conflito sírio como reflexo do declínio da hegemonia norte-americana. Como resposta provisória, a crise na Síria demonstra não só esvaziamento do poder consentido dos Estados Unidos, mas também a ascensão de novos polos de poder (Rússia e China) que têm influenciado diretamente nas decisões internacionais.

Para tanto, além da introdução, o texto será dividido em mais três seções. A segunda seção lançará luz sobre a guerra civil síria e o impasse na resolução por via multilateral. Na terceira seção, serão analisados tanto as características do declínio da hegemonia norte-americana e a ascensão de novos polos de poder contextualizados pelas ações dos Estados Unidos, Rússia e China no contexto sírio. Por fim, na última seção, serão tecidas as considerações finais.

2 O CASO SÍRIO: IMPASSES MULTILATERAIS E INICIATIVAS UNILATERAIS

O ano de 2011 foi marcado pelo estopim de uma guerra civil na Síria. Esta teve como resultado a insatisfação social gerada e promovida pelos movimentos da Primavera Árabe, que se alastraram pelo território sírio deixando milhares de mortos, destruindo a infraestrutura do país e gerando uma crise humanitária regional.

O objetivo da guerra era instaurar um regime democrático na Síria com a queda da ditadura secularista de Bashar al-Assad pelos rebeldes, uma vez que esta garante a estabilidade política no país por mais de cinquenta anos (PEREIRA, 2013). A situação agravou-se quando, em 21 de agosto de 2013, a oposição denunciou mais de mil mortos em um massacre com o uso de armas químicas em territórios de Damasco controlados pelos rebeldes. Em resposta, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou observadores à Síria para a investigação do uso de armas químicas, os quais reuniram evidências de que diversos crimes de guerra e crimes

contra a humanidade foram autorizados por membros do alto escalão do governo sírio, inclusive Bashar al-Assad (INVESTIGAÇÃO..., 2013).

Os flagelos da guerra civil promoveram uma grande comoção da comunidade internacional, sendo a questão colocada como assunto de primeira ordem para votação no âmbito da ONU. Havia uma posição marcadamente divergente entre países centrais (França e Grã-Bretanha) e alguns emergentes, como por exemplo, a Rússia e China. A crítica a ambiguidade dos fins da intervenção no território sírio era o que impulsionava o discurso dos países “orientais” e este se concretizou em votos em diversas instâncias da ONU.

No Conselho de Segurança da Nações Unidas em 2012 foi proposto, por exemplo, a votação de uma resolução, apoiando o plano de paz formulado previamente pela Liga Árabe, que tinha como objetivo fazer com que o presidente Assad renunciasse ao cargo (RÚSSIA..., 2012).

No entanto, a implementação dessa resolução, que tinha o apoio de todos os membros “ocidentais” do Conselho, foi vetada pela China e Rússia. Anteriormente, em 2011, estes já haviam revelado a tendência de suas posições futuras no caso sírio quando vetaram uma proposta europeia de resolução no Conselho de Segurança da imposição de sanções contra o governo de Damasco. Outros exemplos que retificam a disposição de Moscou e Pequim votarem contra as medidas de intervenção nos assuntos domésticos sírios são apresentadas por Swaine (2012, p.3, tradução nossa).

Em 16 de fevereiro, China e Rússia votaram contra um projecto de resolução da Assembleia Geral da ONU condenando a Síria, que foi aprovada por uma margem de 137-12, com 17 abstenções.

Em 1 de março, a Rússia e a China votaram contra um projeto de resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU condenando crimes na Síria.

Em 19 de julho, China e Rússia vetaram uma resolução britânica patrocinando o Conselho de Segurança da ONU que teria punido o governo sírio com sanções econômicas por não levar a cabo um plano de paz acordado em março. Os onze membros do Conselho de Segurança, incluindo os outros três membros permanentes-Bretanha, França e Estados Unidos-votaram a favor da resolução. Paquistão e África do Sul se abstiveram (tradução nossa)³.

É preciso, todavia, chamar atenção para que a votação orquestrada russo-chinesa não foi uma particularidade do caso sírio. Esta tem sido uma tendência

³ On February 16, China and Russia voted against a draft UN General Assembly resolution condemning Syria that was adopted by a 137-12 margin with 17 abstentions. On March 1, Russia and China voted against a draft resolution of the UN Human Rights Council condemning crimes in Syria. On July 19, China and Russia vetoed a British-sponsored UN Security Council resolution that would have punished the Syrian government with economic sanctions for failing to carry out a peace plan agreed upon in March. Eleven Security Council members, including the other three permanent members - Britain, France and the United States - voted for the resolution. Pakistan and South Africa abstained.

percebida em outras tomadas de decisão no Conselho, em outros casos no próprio Oriente Médio e também em decisões para fatos africanos e asiáticos⁴. Citando a “solidariedade” política entre esses países, Luykanov (apud FERDINAND, 2013, p. 17, tradução nossa).

Existe um acordo informal entre a China e a Rússia a votar em solidariedade no Conselho de Segurança da ONU. Quando a Rússia votou sanções contra o Irã, a China fez o mesmo. Quando a Rússia se absteve na Líbia, a China fez o mesmo. Quando a Rússia se opunha à Síria, a China fez o mesmo⁵.

Além das coordenações citadas, é importante recordar, apesar de se mostrarem condescendentes com a invasão no Afeganistão pós ataques de 11 de setembro, que os dois países se opuseram e criticaram a invasão do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos. Questionados sobre a mudança de posição de abstenção no caso Líbio, e já no caso sírio, os governos chinês e russo se justificaram tecendo críticas às características das ações tomadas e os resultados no primeiro caso.

O representante russo na ONU enumerou duas questões que foram importantes para a diferença da votação no caso da Líbia e da Síria: primeiramente, no caso da Líbia, Gaddafi teria defendido publicamente posições violentas contra seus opositores; e, em segundo lugar, que a resolução do Conselho aparentemente teria aberto precedente para a ingerência externa em assuntos domésticos (FERDINAND, 2013). Em concordância com a crítica do governo russo a intervenção na Líbia, a China declarou que fazia

[...] oposição não só para “o uso da força nas relações internacionais”, mas também “o abuso de força que pode causar mais vítimas civis e uma maior crise humanitária”, e pediu “um cessar-fogo imediato e uma solução pacífica para a questão (SWAINE, 2012, p.6, tradução nossa)⁶.

Ferdinand (2013) chama atenção para que a Rússia e a China apregoaram, depois da intervenção na Líbia, que estariam desconfiados de que a resolução do Conselho só serviu ao interesse de mudança de regime político na região. Nesse sentido, chega-se um impasse em âmbito multilateral de uma solução concertada para acabar com a guerra síria. Diante do imobilismo gerado,

⁴ Ferdinand (2013) cita os vetos da China e Rússia nos casos de Myanmar (2007) e do Zimbábue (2008).

⁵ There is an informal agreement between China and Russia to vote in solidarity in the UN Security Council. When Russia voted for sanctions against Iran, China did the same. When Russia abstained in Lybia, China did the same. When Russia was opposing on Syria, China did the same.

⁶ [...] opposition to not only “the use of force in international relation” but also “the abuse of force that can cause more civilian casualties and a bigger humanitarian crisis,” and called for “an immediate ceasefire and a peaceful settlement of the issue” (SWAINE, 2012, p.6).

os Estados Unidos tomaram a decisão de agir diante da situação de forma unilateral.

Em meados de setembro de 2013 o Presidente norte-americano decide intervir militarmente na crise Síria ao considerar que o uso de armas químicas contra civis foi um ataque direto a dignidade humana e uma ameaça à segurança nacional. A decisão de Barack Obama foi oposta ao discurso mais ameno que se opôs ao intervencionismo norte-americano na era Bush. A mudança de um tom belicoso para um mais diplomático havia ajudado, como Pecequilo (2012) chama atenção, a estratégia de reaproximação norte-americana com o Oriente Médio. Vianna (2010) cita alguns casos, como por exemplo o Irã, Palestina/Israel entre outros, em que a retórica conciliatória do presidente democrata ajudou a amenizar as tensões existentes.

No entanto, pressionado pela conjuntura, Obama (2013) declarou:

Eu anuncio que, como Comandante Chefe, a decisão de que os Estados Unidos devem tomar uma ação militar contra o regime sírio. Esta não é uma decisão que tomei de ânimo leve. Decidir usar a força militar é a decisão mais solene que nós podemos fazer como uma nação (tradução nossa)⁷.

A intervenção se baseava em dois argumentos: o primeiro era do interesse nacional por parte dos Estados Unidos; o segundo, para Obama, a Síria serviria como ameaça aos países aliados e às bases americanas na região, caso Assad usasse armas químicas. Embora o país não fosse uma ameaça direta aos Estados Unidos, o medo era que as armas pudessem cair nas mãos de terroristas, que poderiam usá-las contra os americanos (MARDELL, 2013).

No entanto, a decisão de intervir militarmente no país suas implicações: se por um lado, o envolvimento dos Estados Unidos no conflito sírio poderia impedir a derrota dos rebeldes, apoiar aliados moderados, evitar o colapso do Estado e ajudar a conter uma crise de refugiados; por outro lado, a intervenção seria cara, sangrenta e, principalmente, poderia tornar-se uma repetição do que ocorrera no Afeganistão e no Iraque, guerras que não renderam a vitória dos Estados Unidos, tampouco a estabilidade na região (LEMMON, 2013). Outro vetor importante para essa questão é que os Estados Unidos, como reflexo do unilateralismo passado, contavam com o descrédito da sociedade internacional quanto à efetividade de uma intervenção militar.

Às vésperas da votação no Congresso dos Estados Unidos para a aprovação da intervenção militar na região, Putin propôs a Damasco que entregasse as armas químicas para uma Comissão Internacional liderada pelas Nações Unidas (HILL, 2013). Por meio de votação

⁷ I announced that, as Commander in Chief, I decided that the United States should take military action against the Syrian regime. This is not a decision I made lightly. Deciding to use military force is the most solemn decision we can make as a nation.

no Conselho de Segurança da ONU em 28 de setembro de 2013, foi adotada com unanimidade a Resolução 2118. A partir de então, a Síria aceitaria e cumpriria as decisões do Conselho, o qual determinava:

A decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de Setembro, de 2013, que estabelece procedimentos especiais para a rápida destruição do programa de armas químicas da República Árabe da Síria e sua verificação rigorosa subscreve, e apela à sua plena implementação sem demora e de forma mais segura (NAÇÕES UNIDAS, 2013, tradução nossa)⁸.

Nesse sentido, pode-se perceber que o governo russo conseguiu por meio político contrapor os interesses dos Estados Unidos e seus aliados, postergando a estratégia destes países em encontrar uma “solução definitiva” para o conflito sírio. O Presidente Putin (2013, tradução nossa), na ocasião, justificou sua atitude afirmando que:

É alarmante que uma intervenção militar em conflitos internos em clubes estrangeiros tornaram-se comuns para os Estados Unidos. É do interesse de longo prazo da América? Eu duvido. Milhões em todo o mundo veem cada vez mais a América não como um modelo de democracia, mas como confiar apenas na força bruta, coligações juntas sob o lema “Ou você está conosco ou contra nós. Mas a força se revelou ineficaz e inútil. O Afeganistão está se recuperando, e ninguém pode dizer o que vai acontecer depois que as forças internacionais se retirarem. A Líbia está dividida em tribos e clãs. No Iraque, a guerra civil continua, com dezenas de mortos a cada dia. Nos Estados Unidos, muitos desenham uma analogia entre o Iraque e a Síria, e perguntam por quê o governo iria querer repetir seus erros recentes. Não importa [...] quão sofisticada as armas, as vítimas civis são inevitáveis incluindo idosos e crianças, a quem os ataques são destinadas a proteger⁹.

Apesar de demonstrar uma face humanista, é necessário perceber que o envolvimento russo neste

episódio tem raízes históricas e reflete também interesses. Como discutem Kulike e Aguilar (2014), a relação entre a Rússia e a Síria data desde a Guerra Fria, tornando a síria um dos principais parceiros da Rússia no setor de armamentos militares, além de possuírem relações que incorporam os setores agrícola, metal mecânico, entre outros. Dessa forma, afirmam os autores que mesmo sob pressão internacional o governo de Putin manteve a posição contrária à retirada de Assad do poder como forma de assegurar sua parceria com países da região e seus negócios.

Desse modo, o que pode se observar é que o caso sírio é uma ilustração importante de um novo quadro estratégico, no qual os Estados Unidos e seus aliados tradicionais não conseguem responder satisfatoriamente e unilateralmente já que cresce na região players não tradicionais e seus interesses. A diversificação de interesses e polos do poder mundial demonstram que o cenário pós-guerra do Iraque acumula novas características e potências não tradicionais ganham peso no tabuleiro regional.

3 A CONJUNTURA SISTÊMICA DE DECLÍNIO HEGEMÔNICO NORTE AMERICANO E A MULTIPOLARIDADE NA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA NO CONTEXTO DA ATUAÇÃO NA SÍRIA

Os sinais de desequilíbrio da hegemonia norte-americana e seu consequente declínio é amplamente debatido no meio acadêmico. Os autores, como Wallerstein (2004), Harvey (2004), Hobsbawm (2008), concordam que o desequilíbrio gerado desde a década de 1970 trouxe uma incapacidade de manutenção da lógica hegemônica norte-americana. A hegemonia baseada na concepção gramsciana de coerção e consentimento, segundo esses autores, já estava comprometida na sua dimensão de legitimidade, e fatos como os atentados de 11 de setembro e a guerra do Iraque ajudaram a desnudar e aprofundar ainda mais este processo de declínio.

Para Wallerstein (2004, p. 09), os atentados não foram um momento determinante, mas sim, um acontecimento importante em uma trajetória que começou muito antes e que ainda continuará por décadas; um longo período que o autor chama de “declínio da hegemonia norte-americana em um mundo caótico”. Em consequência, os Estados Unidos encontram-se hoje como uma superpotência solitária à qual falta credibilidade. É uma nação em declínio, imersa no caos global que não pode controlar.

Esse processo intensificou-se com o envolvimento dos Estados Unidos no Oriente Médio, sobretudo na Guerra do Iraque, porque foi mais profundo e seus fracassos mais espetaculares. Os norte-americanos não conseguiram exercer de maneira eficaz a sua proteção hegemônica nos países orientais, não por falta de vontade ou esforço, mas por falta de verdadeiro poder.

8 Hace suya la decisión del Consejo Ejecutivo de la OPAQ de 27 de septiembre de 2013, que establece procedimientos especiales para la rápida destrucción del programa de armas químicas de la República Árabe Siria y su verificación estricta, y pide su plena aplicación a la mayor brevedad y de forma más segura (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/489/26/PDF/N1348926.pdf?OpenElement>> Acesso em: 16 dez. 2015.

9 It is alarming that military intervention in internal conflicts in foreign countries has become commonplace for the United States. Is it in America's long-term interest? I doubt it. Millions around the world increasingly see America not as a model of democracy but as relying solely on brute force, cobbling coalitions together under the slogan “you're either with us or against us. But force has proved ineffective and pointless. Afghanistan is reeling, and no one can say what will happen after international forces withdraw. Libya is divided into tribes and clans. In Iraq the civil war continues, with dozens killed each day. In the United States, many draw an analogy between Iraq and Syria, and ask why their government would want to repeat recent mistakes. No matter [...] how sophisticated the weapons, civilian casualties are inevitable, including the elderly and children, whom the strikes are meant to protect.

Harvey (2004) afirma que o envolvimento norte-americano na guerra do Iraque serviu como uma manobra diversionista das dificuldades domésticas e, principalmente, foi uma oportunidade para impor um novo sentido de ordem social interna e como uma forma de submeter a sociedade. Portanto, as críticas à guerra do Iraque foram silenciadas na medida em que o inimigo externo tornava-se a força primordial.

A atmosfera pós-11 de setembro no interior dos Estados Unidos serviu, então, como forma de tornar mais aceitável politicamente a ação militar unilateral do país. Para Harvey (2004), a mudança do governo Bush ao unilateralismo, à coerção em detrimento do consentimento, para uma visão imperial declarada e para o recurso ao poder militar, indicou uma tentativa de sustentação do domínio norte-americano e, sobretudo, de controlar militarmente os recursos globais do petróleo.

Além desses dois autores, para Hobsbawm (2008, p.56), a reação norte-americana ao 11 de setembro e, sobretudo, a invasão do Iraque elucidou a política americana denominada pelo autor de “megalomaníaca”, que teve suas bases políticas e ideológicas da antiga influência hegemônica destruídas.

Ademais, a Guerra ao Terror, lançada pelos americanos, se concretizou como consequência da dinâmica social interna do país. Para Hobsbawm (2008, p.57, tradução nossa), esta dinâmica indica,

[...] Uma crise crescente na sociedade americana, que encontra a sua expressão. Na mais profunda divisão política e cultural dentro do país desde a Guerra Civil, e uma divisão geográfica clara entre a economia globalizada dos dois litorais, e o vasto interior ressentido, e culturalmente aberto a grandes cidades e ao resto do país¹⁰.

No âmbito externo, a Guerra ao Terror e, sobretudo a invasão do Iraque, evidenciaram que pequenas guerras possuem dimensões catastróficas. Além disso, demonstraram o isolamento e os limites do atual poder mundial norte-americano. Entretanto, os Estados Unidos permanecem como o poder imperial, mesmo que em relativo declínio econômico (HOBSBAWN, 2008). Como Ikenberry (2001) advoga, os Estados Unidos estavam oferecendo uma nova barganha hegemônica para o mundo; mas, por outro lado, o mundo não aceitou essa nova forma de barganhar. Sendo assim, as falhas da administração Bush foram os problemas de coerência, capacidade e legitimidade.

Nesse sentido, o pós guerra do Iraque representou um cenário importante tanto para a ascensão de interesses diversos que ocuparam espaços

¹⁰ [...] a growing crisis within American society, which finds expression. In the most profound political and cultural division within that country since the Civil War, and a sharp geographical division between the globalized economy of the two seaboards, and the vast resentful hinterland, and culturally open big cities and the rest of the country.

econômicos, políticos, militares antes somente sobre a vigilância dos Estados Unidos, mas também da própria tentativa de reação estratégica norte-americana de lidar com a reconfiguração de forças estruturais no cenário mundial. Os americanos, frente a um descrédito internacional como reflexo da unilateralidade do governo republicano de George W. Bush, elegeram o presidente democrata Barack Obama com a promessa de resgatar a credibilidade norte-americana tanto em seu apoio interno, quanto internacional.

É importante notar, de acordo com Pecequilo (2012), as mudanças na política interna e externa com a ascensão de Obama. Sobre a política externa, é destacável três características principais: a chamada ofensiva diplomática a fim de distinguir-se do governo anterior, o redirecionamento da Guerra ao Terror, e o lançamento do que se denominou “poder inteligente”¹¹.

O discurso diplomático de Obama foi formalizado com a Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy - NSS*) apresentada em maio de 2010. Em oposição ao unilateralismo e a guerra preventiva, essa reconhece que nenhuma nação, mesmo com todo seu poder, pode enfrentar os desafios globais sozinha. O compromisso americano, dessa forma, é prosseguir com seus interesses em um sistema internacional em que todos os países reconheçam que possuem direitos e responsabilidades (UNITED STATES, 2010).

A NSS de 2010 aposta na construção de um “novo” sistema internacional pelos Estados Unidos baseado no reconhecimento de que o século XXI aponta para uma diversidade de problemas e ameaças à segurança nacional, o que inclui as crises econômicas e sociais internas. Ainda que existam ameaças relevantes como o terrorismo, evita-se identificar um único inimigo, e temas como segurança energética, meio ambiente e questões de direitos humanos (temas secundários durante a administração Bush) são priorizados (PECEQUILO, 2012).

O multilateralismo é destacado no NSS como meio de fortalecimento das instituições internacionais e a construção de interesses comuns entre os Estados. Vianna (2010) analisando os discursos de Obama percebe que há uma recorrência do tema de responsabilidades compartilhadas e da importância de organismos, como exemplo da ONU, para resolver problemas comuns.

Nesta linha, Pecequilo (2012) percebe que há um reconhecimento por parte do governo norte-americano do processo de desconcentração de poder mundial e de que os EUA precisam aprimorar suas relações com os tradicionais parceiros, mas também com as potências

¹¹ O “poder inteligente” é um conceito teórico criado por Joseph Nye e significa a utilização combinada do “soft” e “hard” power. Para Pecequilo (2012, p.84) “[...] este conceito deve ser compreendido como uma tentativa norte-americana de retornar a iniciativa no campo ideológico, não correspondendo a uma real inovação teórica[...] A ideia de combinação de poder como forma de exercer a hegemonia é tradicional na lógica da liderança dos EUA, havendo apenas a reafirmação tática da “inteligência” no uso destes meios por Obama”.

regionais. No entanto, a autora frisa que o governo Obama enfrentou a paralisia nas negociações internacionais, na reforma do sistema multilateral, nos processos de paz do Oriente Médio e perante o surgimento da Primavera Árabe. Diante desses desafios, pode-se adicionar o constrangimento devido o vazamento de informações confidenciais sobre espionagem e também o surgimento e fortalecimento de grupos terroristas, como o Estado Islâmico¹².

Rielly (2013) advoga que o governo Obama assumiu uma posição de relutância nas propostas de intervenção em questões que não estejam diretamente ligadas aos interesses mais imediatos do país, ele dá o exemplo do caso da Líbia. Pecequillo (2012) ressalta que o governo Obama reagiu de forma diferente frente aos movimentos conhecidos como Primavera Árabe, como por exemplo, uma ação indireta no Egito, acomodação no caso das petromonarquias, entre outras.

Mesmo que os Estados Unidos tenham tentado renovar o discurso e reverter o que Ikenberry (2011) afirmou ser a crise de autoridade americana dentro da ordem internacional liberal, e o governo Obama parece ter buscado o que o autor evidencia como o caminho para a manutenção da ordem liberal baseada na reorganização da soberania, das regras, instituições, hierarquia e autoridade no sistema internacional, isto não foi suficiente para manter as mudanças sistêmicas sobre o controle rígido pelo país.

O caso Sírio, como já anteriormente explicitado, demonstrou que o consenso imaginado a partir da hegemonia norte americana e sua capacidade de lidar com as circunstâncias políticas e militares está fragilizado e abre espaço para novas forças ascenderem em importância nas grandes questões globais. É dizer, a conjuntura que Obama tenta imprimir não consegue mais lidar com uma estrutura de transição que o sistema internacional estaria passando.

12 Consolidado após a invasão americana no Iraque, o Estado Islâmico tem ganhado notoriedade internacional por prevalecer-se dos problemas do Oriente Médio. Utilizando-se de territórios do Iraque e da Síria – tendo se expandido para este após a Primavera Árabe e a guerra civil no país em 2013 – o Estado Islâmico vem conquistando espaços para governar, instaurando seu califado na cidade síria de Raqqa. A velocidade de sua expansão, a sua influência e a brutalidade de seus atos extremos, são desafios que elucidam a dificuldade em lidar com uma organização ainda mais complexa que a Al-Qaeda. Isso porque, aponta Damin (2015), o Estado Islâmico governa cidades; possui recursos financeiros próprios originados de dinheiro confiscado, exploração de petróleo, cobrança de impostos e taxas pelos moradores; além da divulgação universal dos atos perpetrados, dentre eles a decapitação de jornalistas e de reféns, e punições para quem não respeita a lei islâmica. Diversos são os questionamentos, dessa forma, de como combater o Estado Islâmico a fim de que a paz seja mantida no Oriente Médio. A posição dos Estados Unidos, nesse sentido, tem sido buscar formar uma coalizão internacional com o objetivo de combater o Estado Islâmico, agregando países europeus e do Oriente Médio. A estratégia é utilizar de mecanismos cooperativos para erradicar a violência extremista. O apoio dos Estados Unidos é, dessa forma, restringido aos combates aéreos e ao treinamento das forças parceiras em solo, o que não implica na guerra frontal contra os terroristas (OBAMA, 2010).

No intuito de lançar luz sobre este processo de transição e suas características na atualidade, que brotaram com nitidez na tentativa de resolução do impasse sírio, a contribuição teórica de Arrighi é resgatada. Não cabem aqui previsões sobre o futuro, mas tão somente discutir como o posicionamento de países como Rússia e China tem diversificado e trazido competição para tabuleiros antes, predominantemente, ocupados por diferentes dimensões do poder norte-americano.

Arrighi (1996), analisando a partir de sua contribuição teórica de ciclos sistêmicos de acumulação a história das hegemonias no sistema mundo moderno, percebe que o momento de declínio hegemônico é de incerteza e competição cerrada entre as unidades para a ascensão de um novo consórcio hegemônico que consiga trazer uma nova ordem para o caos sistêmico instaurado pela fragilidade e insuficiência da hegemonia anterior em liderar o sistema como antes. Para ilustrar esse movimento, o autor cita alguns exemplos de competição entre unidades para alcançar a capacidade de superação da hegemonia, como por exemplo, França e Inglaterra na substituição das Províncias Unidas; a Alemanha e os Estados Unidos para alcançar a Inglaterra (ARRIGHI, 1996).

Comentando sobre o início do século XXI e as implicações para o cenário internacional, Fiori (2007, p.9) percebe que

[...] crise expansiva do império americano está reacendendo a competição entre as nações e, em todos os lados, o que se observa é uma diminuição da capacidade de intervenção unilateral dos Estados Unidos, com o aumento dos graus de incerteza e de liberdade de ação das velhas e novas potências, em cada um dos “tabuleiros regionais” do sistema mundial.

Arrighi (1996) avança a sua análise para o século XXI e discute os indícios do surgimento da China como aquela unidade mais “preparada” para assumir um possível posto hegemônico. No entanto, segundo o autor, para tentar lidar com um futuro incerto de uma transição hegemônica, lança mão de três cenários prováveis para a configuração do sistema mundial nos anos vindouros: a) a formação de uma aliança inspirada em Bandung, a qual contrariaria a subordinação política e econômica histórica; b) a cooptação do Sul pela criação de alianças Norte-Sul que contivessem a subversão na hierarquia global liberada pela China; c) um cenário violento, no qual a guerra entre as unidades seria a opção. Ao que parece, a China e a Rússia tem trabalhado constantemente para alcançar o primeiro cenário, sendo um cenário multipolar com o fortalecimento de potências não tradicionais para “mover” o sistema liderado pela proeminência econômica chinesa.

Todavia, o esforço aqui será de traçar os indícios que mostram a tentativa de países como China e Rússia

em buscar alterar a ordem definida pelos Estados Unidos anteriormente, e como exemplo é dado a participação desses países no Oriente Médio. O que se pode perceber na questão síria é que há uma certa cooperação entre os agentes em questão para alterar ou ao menos equilibrar a balança de poder dominante desde o século XX, e não somente um acirramento da competição entre si para alcançar o seu objetivo.

A estratégia gira em torno, na atualidade, da criação de um sistema multipolar que diminua a influência norte-americana no mundo e, que crie maior possibilidade de outros países tomarem decisões em assuntos diversos ao redor do globo. Como pode ser visto no trecho abaixo,

Em termos de política externa a nível global, a Rússia e a China veem a colaboração uns com os outros como um contrapeso à hegemonia dos EUA. Eles não desejam revisão fundamental da ordem internacional existente, mas eles querem é uma mudança substancial. Eles acreditam no objetivo de um mundo multipolar, em vez de um mundo unipolar e desejam promovê-lo (FERDINAND, 2013, p.10, tradução nossa)¹³.

Esse desejo de criar uma nova ordem multipolar, e como consequência liquidar o unilateralismo proposto pelos Estados Unidos, tem sido constantemente percebido pelas diretrizes de políticas externas russas e chinesas (ADAM, 2012). No caso russo, Zebith (2003, p.165) expõe que

O conceito da política externa da Rússia, recentemente adotado, diz claramente que “a Rússia estará trabalhando para construir um sistema multipolar das relações internacionais que reflita a realidade multifacetada do mundo contemporâneo com a diversidade de seus interesses”, entendendo-se com isso que a Rússia deveria ser o tal “polo”.

Essa coordenação não é somente tácita, mas desde a década de 1990, essa vem dispendo de atos e declarações que visam alinhar os interesses entre o Moscou e Pequim. Em 2001, um importante passo foi dado: a criação do Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação entre a República Popular da China e a Federação Russa (TBVAC), que veio após a Declaração de Pequim, na qual os dois países “manifestaram seu repúdio” ao sistema norte-americano de mísseis na região da Ásia-Pacífico (ADAM, 2012).

O TBVAC cria a parceira estratégica entre os governos de Pequim e Moscou que discute desde o respeito mútuo à soberania e a integridade territorial até, como argumenta Adam (2012, p.62),

¹³ In terms of foreign policy at the global level, both Russia and China see collaboration with each other as a counterweight to US hegemony. They no longer wish fundamental revision of the existing international order, but they do want substantial change. They believe in the goal of a multipolar rather than a unipolar world and wish to promote it.

[...] uma menção que remete indiretamente à multipolaridade, Rússia e China asseguraram trabalhar juntas para preservar a segurança e o equilíbrio estratégico global, prometendo aderência a acordos que garantam a preservação da estabilidade estratégica.

No entanto, Adam (2012) chama atenção para que esse Tratado não constituiu uma aliança em si e não configura uma oposição declarada a um país em particular, mas que tem grande peso na configuração das potências emergentes desse século. A parceria estratégica proposta por esses países não é por si só uma garantia do alinhamento “automático” dos interesses entre eles, mas abre espaço para concertações mais sintonizadas, como é o caso sírio, estudado ao longo dessa seção.

E esta busca por um novo ordenamento também toma lugar nas organizações internacionais. A participação desses países em fóruns multilaterais reforça a proposta de contrabalancear o poder exercido pela potência hegemônica, podemos citar a entrada tanto da China em 2002 como da Rússia em 2012 na Organização Mundial do Comércio (OMC) no início do século. Além da entrada desses países na OMC, eles têm apostado na maior participação na ONU por exemplo, como aponta Ferdinand (2013, p.9, tradução nossa)

Para a Rússia e a China a ONU representa um elemento-chave no seu sistema desejado de governança global. Em 1997, eles emitiram uma declaração conjunta sobre o reforço do papel da ONU em uma nova ordem mundial e, em 2005, eles atualizaram este documento, caracterizando o papel e a função da ONU como “insubstituível”, exigindo a sua posição de liderança seja reforçada. Eles apelaram para a ONU a criação de um sistema global para lidar com novas ameaças e desafios como o terrorismo internacional com base na Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Em 2011 os Estados participantes dos BRICS emitiram a Declaração de Sanya, reiterando o seu “forte compromisso com a diplomacia multilateral com as Nações Unidas desempenhando o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais.” Assim, a Rússia e a China comprometeram-se a um lugar mais proeminente para a ONU e, ao mesmo tempo eles tentam garantir que o desempenho de um papel mais importante na mesma¹⁴.

¹⁴ For both Russia and China the UN represents a key element in their desired system of global governance. In 1997 they issued a joint statement on a strengthened role for the UN in a new world order and in 2005 they updated this document, characterising the role and function of the UN as ‘irreplaceable’, calling for its leading role to be strengthened. They appealed for the UN to set up a global system to deal with new threats and challenges such as international terrorism on the basis of the UN Charter and international law. In 2011 the BRICS states issued their Sanya Declaration, reiterating their ‘strong commitment to multilateral diplomacy with the United Nations playing the central role in dealing with global challenges and threats.’ Thus Russia and China have committed themselves to a more prominent place for the UN and at the same time they try to ensure that they play a more important role in it.

Quando analisamos essa estratégia fica bastante claro que possibilidade de agir de maneira mais proativa na ONU e no Conselho de Segurança provém da percepção também desses países da perda de legitimidade dos Estados Unidos desde a invasão no Iraque em 2003, episódio que Arrighi (1996) vai chamar do início da crise terminal da hegemonia norte-americana. O novo vigor da participação desses países no espaço das Nações Unidas é mais um dos indícios de que a estratégia de contrabalancear, enfraquecer ou ainda ocupar os espaços deixados pela perda de legitimidade dos Estados Unidos nos últimos anos.

Finalmente, o veto à intervenção na Síria no Conselho de Segurança pela Rússia e China aparece com uma das peças no quebra cabeça da mudança de uma ordem predominantemente norte-americana para uma ordem que mesmo ainda de caráter indefinido tem revelado algumas unidades interessadas em contrabalancear ou até mesmo substituir a liderança norte-americana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atentados de 11 de setembro romperam com a década de 1990, cujo período mantinha-se a ideia de que os Estados Unidos eram responsáveis pelas funções globais do mercado e conservava-se a ideia de que o país era a potência política-militar indispensável. O unilateralismo norte-americano, perpetuado especialmente durante a Guerra ao Terror e a invasão ao Iraque em 2003, demonstrou-se uma tentativa dos Estados Unidos de reafirmar-se perante o sistema internacional. Entretanto, o governo Bush utilizou o poder militar norte-americano como uma alternativa para resolver, e acabou refém de uma estratégia coercitiva que fracassou e impactou negativamente a credibilidade norte-americana frente à sociedade internacional.

Em 2009, Obama chegou ao poder com a promessa de mudança. Mudanças difíceis eram propostas para a dimensão doméstica e para a internacional da política externa norte-americana. Na dimensão internacional, o governo Obama retraiu as posições agressivas da política anterior e buscou retomar os caminhos do multilateralismo. Como visto, essa posição parece ser reativa ou tática frente as mudanças irremediáveis da acomodação do poder internacional dado a ascensão de novos polos, como por exemplo a China, que crescem em participação política e econômica no novo século XXI.

O multilateralismo tem figurado nos discursos tanto dos Estados Unidos como de potências emergentes como Rússia e China. No entanto, ganha diferentes interpretações dependendo daquele que o defenda. No caso norte-americano, este discurso é parte da estratégia de manutenção de sua presença como um dos polos mais importantes das decisões internacionais. No lado oposto, a China e a Rússia se tornam defensores não somente do fortalecimento do multilateralismo, mas pela ascensão de uma ordem multipolar, para que eles

possam ser participantes ativos no sistema internacional em configuração.

E este artigo buscou mostrar os contrapontos entre as diferentes perspectivas jogando alguma luz sob a crise na Síria. O caso sírio se destacou pela queda de braço entre Estados Unidos e Rússia, principalmente, e a China, descobrindo um cenário de declínio hegemônico, ou até mesmo de transição, em que novos atores agem para defender seus interesses em espaços antes ocupados pela proeminência norte-americana. Por meio do Conselho de Segurança, a China e a Rússia demonstraram que são polos que tem crescido em relevância e buscam afirmar seus próprios interesses tirando vantagem do descrédito norte-americano no pós-Iraque em 2003.

Finalmente, este artigo buscou contribuir para fomentar os debates sobre a configuração da arquitetura do poder internacional que tem se formado neste século XXI, não somente analisando o declínio em si, mas apresentando ocasiões em que as transformações, e até mesmo uma competição, ficam cada vez mais aparentes.

REFERÊNCIAS

- ADAM, G. P. A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: ALVES, A. G. M. (org). **O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- DAMIN, C. J. Iraque em colapso e o ISIS. **Mundorama**, Brasília, 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2015/01/19/iraque-em-colapso-e-o-isis-por-claudio-junior-damin/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- FERDINAND, P. The positions of Russia and China at the UN Security Council in the light of recent crises. **Briefing Paper**. Belgium: European Union, 2013. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2013/433800/EXPO-SEDE_NT\(2013\)433800_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2013/433800/EXPO-SEDE_NT(2013)433800_EN.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- FIORI, J. L. A Nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **OIKOS**, Rio de Janeiro, n.8, ano V, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILL, F. Putin scores on Syria: how he got the upper hand: and how he will use it. **Foreign Affairs**, Tampa, FL, Sept. 11, 2013. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/139905/fiona-hill/putin-scores-on-syria>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- HOBSBAWM, E. **On empire: america, war and global supremacy**. New York: Pantheon, 2008.
- IKENBERRY, J. **Liberal Leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- INVESTIGAÇÃO da ONU vincula Assad a crimes de guerra na Síria. **BBC Brasil**, [S.l.], 02 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131127_siria_pillay_lk.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- KULIKE, M.; AGUILAR, S. L. Rússia e política de influência. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, n. 01, abril de 2014. Observatório de Conflitos Internacionais. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/n01----russia-e-politica-de-influencia.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- LEMMON, G. T. The best case scenario in Syria: the Obama administration should use strikes to get talks. **Foreign Affairs**, Tampa, Aug. 26, 2013. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/137043/gayle-tzemach-lemmon/the-best-case-scenario-in-syria>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- MARDELL, M. Crise Síria faz EUA assumirem papel de polícia do mundo. **BBC Brasil**, Washington, 8 setembro 2013. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_policia_mundo_siria_mm.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 2118**. [New York]: ONU, 2013. Disponível em: <www.daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/489/26/PDF/N1348926.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- OBAMA, B. Remarks by President Obama at the leaders' summit on countering ISIL and violent extremism. **Briefing Room: Speeches & Remarks**, Washington, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/09/29/remarks-president-obama-leaders-summit-countering-isil-and-violent>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- OBAMA, B. Weekly address: calling for limited military action in Syria. **Briefing Room: Weekly Address**, Washington, September 07, 2013. Disponível em: <www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/09/07/weekly-address-calling-limited-military-action-syria>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- PECEQUILLO, C. S. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.
- PEREIRA, L. C. B. Pobre Síria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2013. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/1229256-pobre-siria.shtml>. Acesso em: 21 set. 2015.
- PUTIN, V. V. A plea for caution from Russia: what Putin has to say to americans about Syria. **The New York Times**, New York, Sept. 11, 2013. Disponível em: <www.nytimes.com/2013/09/12/opinion/putin-plea-for-caution-from-russia-on-syria.html?_r=1&__>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- RIELLY, J. **The Obama foreign policy: a critical analysis**. [S.l.]: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), 2013. Disponível em: <http://www.cari.org.ar/pdf/obama_foreign_policy.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.
- RÚSSIA e China vetam resolução sobre a Síria na ONU. **BBC Brasil**, [S.l.], 4 fev. 2012. Disponível em: <<http://>>

www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/02/120204_siria_onu_fn>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SWAINE, M. D. Chinese views of the Syrian conflict. **China Leadership Monitor**, Stanford, n. 39, p. 1-18, 2012. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/swaine_clm_39_091312_2.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. Washington, DC: The White House, 2010.

VIANNA, A. M. Paradoxos da política externa de Barack Obama: Anno Primo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 105, ano IX, p. 112-132, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9187/5248>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ZHEBIT, A. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 153-181, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 nov. 2015.

Recebido em 31 de dezembro de 2015

Aprovado em 30 de abril de 2016

Indicação de Responsabilidade

O conceito de autoria adotado pela CMM está baseado na contribuição substancial de cada uma das pessoas listadas como autores, seguindo as categorias abaixo:

- (1) Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados;*
- (2) Redação do manuscrito ou;*
- (3) Revisão crítica relevante do conteúdo intelectual.*

Com base nestes critérios, a participação dos autores na elaboração deste manuscrito foi:

Ana Carolina Rosso de Oliveira - 1, 2 e 3

Sâmia de Brito Franco - 1, 2 e 3